

O Abastecimento Alimentar de Ceuta, 1415 – 1458

José Miguel Zenhas Mesquita
Universidade do Porto

Resumo

Este artigo contém um conjunto de questões e soluções avançadas na escrita da minha tese de mestrado. Como se processou o abastecimento alimentar de Ceuta depois da conquista portuguesa de 1415? Como se adaptaram os portugueses ao terreno? Que meios alimentares tinham à sua disposição? Quem foram os agentes intervenientes neste processo? Quais foram as consequências para a coroa e para o país?

Palavras-chave

Ceuta, abastecimento, alimentação, Casa de Ceuta

Abstract

This article contains a number of questions and answers presented in my master thesis. How was Ceuta supplied of food after its conquest in 1415? How did the Portuguese adapt to the local terrain? What food did they have at their disposal? Who were the agents responsible for this process? What were the consequences to the crown and the country?

Keywords

Ceuta, food supply, House of Ceuta

INTRODUÇÃO

À conquista de Ceuta, em 14 de Agosto de 1415, sucedem-se dias de pilhagem. A capacidade produtiva da cidade é destruída, assim como todos os bens que se encontravam nas casas particulares, nas lojas e nos armazéns. Quase toda a população foge para o interior marroquino. Outros, com menos sorte, são feitos cativos pelos portugueses. Esta cidade, naturalmente isolada do resto do reino de Fez por altas montanhas, domina o estreito de Gibraltar, tendo funcionado até à conquista portuguesa como porto comercial e base de corsários. É perante este cenário que D. João I decide ficar (se é que não o tinha decidido desde o primeiro momento), reclamando para Portugal uma posição chave na única via marítima de ligação entre o Mediterrâneo e Atlântico.

Para a empresa ser viável, era necessário povoar e prover Ceuta de tudo quanto é necessário à sobrevivência humana. Num primeiro momento ficam cerca de três milhares de homens na cidade, alimentando-se das reservas levadas para o cerco projectado.¹ Esta é uma condição precária, sendo necessária a criação de um conjunto de novos mecanismos de abastecimento que garantam a permanência portuguesa. Do ponto de vista alimentar, a coroa terá de criar um sistema logístico de raiz. Mas com que meios? Conseguiu Portugal dar resposta às necessidades e evitar períodos de fome? Quem são os agentes associados a este processo? Quem beneficiou? Qual é o peso deste abastecimento na capacidade produtiva portuguesa? Teria Ceuta acesso a mercados de alimentos, bastante importante para cidades na orla do Mediterrâneo, como Roma, Nápoles, Génova ou Avinhão?² É certo que os campos em torno destas cidades nem sempre conseguem produzir o suficiente para cobrir as suas necessidades de consumo, mas essa é uma consequência dos seus próprios problemas crescimento. Ao contrário

¹ João Gouveia Monteiro, António Martins Costa, *1415. A conquista de Ceuta* (Letras & Diálogos, 2015), p. 39.

² Peter Spufford, *Power and Profit: The Merchant in Medieval Europe* (New York, Thames & Hudson, 2003), pp. 286-287.

destas, a população de Ceuta diminuiu brutalmente,¹ passando a depender em exclusividade de Portugal: um processo que requereu bastante criatividade económica e financeira. Se para as primeiras o mercado foi funcionando, com os seus governos a procurarem actuar como agentes reguladores (de certa forma, um processo em tudo idêntico ao de Lisboa), o abastecimento de Ceuta obrigou a medidas logísticas novas, uma vez que se tornou necessário abastecer um espaço com uma sociedade e uma economia exclusivamente orientadas para a prática da guerra.

Antes de responder a estas questões necessitamos de determinar a população, os seus hábitos alimentares e o seu estatuto socioeconómico, para que se possa perceber o seguinte: o acesso aos alimentos em Ceuta era equitativo? A qualidade da alimentação variou de acordo com o estatuto social e ao longo do tempo? Procedeu-se, em algum momento, à incorporação de novos alimentos na dieta dos portugueses?

A ocupação portuguesa não foi homogénea em toda a sua duração, tendo variado de acordo com a vontade política dos monarcas em Portugal e das circunstâncias no terreno. De igual forma, também as formas de abastecimento evoluíram e se foram transformando com o passar dos anos: por exemplo, a dependência que Ceuta teve do trigo da Andaluzia no século XVI não existiu no século anterior. Tendo em conta estas circunstâncias, este trabalho procura estudar os anos de implementação do sistema de abastecimento, quando Ceuta é ainda um enclave isolado e tudo é novo para os portugueses. Do ponto de vista cronológico, a busca alongar-se-á até ao ano da conquista de Alcácer Ceguer em 1458, momento-chave numa nova fase bem-sucedida de expansão em terras marroquinas. Tal como Ceuta, Alcácer Ceguer precisou de ser abastecida, mas essa urgência não apanhou os portugueses desprevenidos, sendo apenas necessário alargar a rede de abastecimento entretanto montada. Com o passar das décadas e os desenvolvimentos político-militares na Península Ibérica, as formas de abastecimento irão evoluir num sentido que favorecerá Ceuta. Uma vez incorporada no domínio cristão, Málaga tornou-se num importante ponto de apoio à cidade de Ceuta durante o século XVI. Mas essa é uma história para outras cronologias.

Ceuta continua a ser um dos mais prolíficos temas da nossa historiografia. Em 2015, ao abrigo das comemorações dos 600 anos da conquista, retomou-se o debate sobre as razões que levaram os portugueses a Marrocos. Novamente se discutiram as possíveis razões políticas, sociais, culturais, religiosas e económicas desta conquista. Para o conhecimento da economia medieval portuguesa, esta série de balanços historiográficos permitiu tomar consciência de que a questão do abastecimento continua por responder, especialmente se tivermos em conta as opiniões sobre a economia de Ceuta. De facto, o Infante D. Pedro terá considerado a praça como um sorvedouro de dinheiro, hipótese secundada posteriormente por vários historiadores. isto é, quem participou nesse processo e quem lucrou com ele.

Este texto não responderá a todas estas questões: deixará em aberto um conjunto significativo de problemas que procurarei desenvolver aquando da escrita da minha dissertação de mestrado. O que se segue é apenas um esboço do meu projecto, apresentando as fontes, a metodologia, o estado da arte e aspectos parcelares do processo de abastecimento de Ceuta.

FONTES E METODOLOGIA

Para a minha tese utilizarei apenas fontes publicadas. Procurou-se o conjunto mais alargado de fontes possível, abrangendo todo o tipo de documentação, tanto institucional como literária. Serão utilizadas as crónicas escritas por Gomes Eanes de Zurara sobre a conquista de Ceuta e sobre as biografias de D. Pedro e D. Duarte de Meneses. São o testemunho mais próximo daquilo que seria o quotidiano e os hábitos alimentares portugueses em Marrocos. É também por aqui que podemos calcular, com

¹ Pode ter sido uma contracção até dez vezes, se a população original muçulmana chegasse aos 25 mil habitantes. João Gouveia Monteiro, António Martins Costa, *1415. A conquista de Ceuta*, p. 50.

todas as reservas necessárias, os produtos alimentares provenientes de acções de pilhagem.

Para determinar valores aproximados do abastecimento de Ceuta as cartas de quitação são fundamentais. Estas não cobrem a totalidade da cronologia em estudo, mas dão respostas bastante positivas para as décadas de quarenta e cinquenta do século XV. Com as quitaações podemos reconstruir a estrutura da Casa de Ceuta, os seus oficiais, as suas competências e a sua capacidade em recolher mantimentos, assim como a sua capacidade de intervenção no mercado. Para além disso, existem quitaações referentes a ofícios distintos da Casa de Ceuta que contribuem para o abastecimento alimentar da cidade, o que permitirá aclarar essa perspectiva institucional.

Este trabalho conta também com fontes de carácter normativo, como as Ordenaações de D. Duarte e de D. Afonso V. Pretende-se, através dessa documentaação, examinar a Coroa enquanto agente regulador, e perceber quais os meios logísticos necessaarios, assim como identificar aqueles que teriam direito a mantimento durante o seu serviço em Ceuta. As cartas de privilégio confirmam ou negam o mantimento estipulado em ordenaação geral. Estipulam ainda, por vezes, o género alimentar e o peso exato a que o indivíduo tem direito. Quanto aos capítulos de cortes, estes são importantes para que se possa aferir a recepção do povo em relaçaão ao encargo de manter Ceuta. Fontes como doaçaões e emprazamentos seraaõ importantes para que perceba a produçaão alimentar em Ceuta, uma vez que contêm referências a vinhas, hortas, pomares, currais, entre outros.

ESTADO DA ARTE

A historiografia portuguesa não desenvolveu, até ao momento, uma obra que se dedique ao estudo dos problemas de abastecimento de Ceuta, como um fim em si mesmo, apesar de muitos autores o referirem, sempre em perspectivas de estudo de caso, ou incluindo este problema em teses de âmbito mais alargado.

O primeiro autor a problematizar sobre a logística necessaaria para manter Ceuta do ponto de vista alimentar foi Oliveira Marques na sua *Introdução ao Estudo da Agricultura em Portugal: a questaação cerealífera durante a Idade Média*¹. O abastecimento das praças marroquinas encontra-se aqui inserido no âmbito da produçaão cerealífera nacional, sendo apresentados indicadores gerais e alguns parcelares que quantificam o cereal transportado para Ceuta, com base nas cartas de quitação a Gonçalo Pacheco, tesoureiro da Casa de Ceuta. Oliveira Marques demonstra, com sucesso, a situaçaão deficitaaria de Ceuta em cereais, obrigando o reino a suprir as necessidades alimentares das conquistas portuguesas em Marrocos. Desta forma, colocava-se definitivamente uma pedra sobre os argumentos de natureza alimentar para as causas da conquista de Ceuta. Identificando a coroa como o garante do abastecimento, este estudo reforça que o mesmo é, em parte, garantido pelas praarias unidades de produçaão da coroa e da família real (na pessoa de D. Henrique, a quem foi confiado, em 1419, o provimento e governo da praça africana), que não só abastecem, mas também intervêm em mercado, comprando e vendendo cereais.

Oliveira Marques procura identificar a populaçaão em Ceuta que depende deste abastecimento e calcula-a com base nos valores avançados por Zurara. É o primeiro autor a tentar associar o abastecimento a um número, a uma ordem de grandeza de consumidores. O abastecimento através da Casa de Ceuta parece ser hegemónico, embora se desconheçam quaisquer valores de cereal transacionado com o Islão graças à permissaação de comércio facultada por algumas bulas papais. Ponderando o abastecimento centralizado e a actividade em mercado, Oliveira Marques determina que o fretamento constitui uma fonte de riqueza potencial e que o frete de cereal para Ceuta a partir de Lisboa podia valer 50% do valor do produto a transportar. Não obstante, estes indicadores levam Oliveira Marques a crer numa ausênciade

¹ A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal: A questaação cerealífera durante a Idade Média* (2ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1968).

planeamento, em sentido moderno, no abastecimento de cidades deficitárias, que teria por base uma falta de articulação entre os meios produtores e os mercados consumidores.¹

Sem procurar reconstruir o funcionamento da Casa de Ceuta, Teresa Rodrigues também estudou as cartas de quitação a Gonçalo Pacheco, tesoureiro dessa Casa, para os anos cinquenta.² O seu principal interesse é o papel do Algarve no projecto marroquino de Afonso V, retomando algumas ideias avançadas por Oliveira Marques para calcular os valores de cereal e de carne expedidos para Ceuta. Os valores a que chegou continuam, no entanto, sem discriminar qual foi a percentagem de cereal que ficou em Portugal e qual a que seguiu para Ceuta.

David Lopes, na sua obra *A Expansão Portuguesa em Marrocos*,³ apresenta a malha administrativa portuguesa nos territórios conquistados, mostrando como funciona, organicamente, a Casa de Ceuta. Trabalhando as cartas de quitação a Gonçalo Pacheco para os anos de 1451 a 1454, atribui ao trigo e ao biscoito os valores mais significativos. Chega ainda a uma conclusão importante para o estudo da administração local: tendo em conta que o almoxarife dos mantimentos de Ceuta, apesar de depender de D. Pedro de Meneses, é de nomeação régia, Ceuta dependeria da coroa em absoluto.

Em 1998 é publicada a primeira monografia com um capítulo dedicado ao abastecimento de Ceuta.⁴ Paulo e Isabel Drummond Braga reúnem aí o conhecimento historiográfico de então, com a ressalva de que a questão do abastecimento deveria ser entendida como um todo, desde a conquista até ao fim da soberania portuguesa, aquando da Restauração. São aqui apresentadas todas as formas de abastecimento conhecidas, tais como o corso, as pilhagens, o mercado e o abastecimento pela Casa de Ceuta. Mais recentemente, Paulo Drummond Braga publicou uma obra sobre a conquista de Ceuta, na qual retomou o texto de 1998.⁵

Também João Gouveia Monteiro, no seu mais recente livro,⁶ dedicou um capítulo ao problema do abastecimento da cidade de Ceuta no século XV: considera que, nos primeiros tempos de ocupação, Porto e Lisboa foram chamados a contribuir para a manutenção de Ceuta, devido aos seus recursos e à sua importância dentro do reino. Como prova, Monteiro chama a atenção para as queixas do Porto em Cortes (1439) à falta de pagamento dessa contribuição. Analisando isoladamente as cartas de quitação a Gonçalo Pacheco, esta investigação conclui que o biscoito foi o produto mais importante transportado para Ceuta, sendo secundado pelos restantes alimentos – cereais, carne, peixe e vinho. Nota, ainda, que competia à Coroa a obrigação de abastecer a praça, devendo contar para isso com barcos (que são requisitados à força), armazéns em Lisboa e em Ceuta, e profissões que devem ser privilegiadas pois são necessárias ao transporte, como é o caso dos tanoeiros que construíam os recipientes que seguiam para o norte de África. Este capítulo não é exclusivo sobre o abastecimento alimentar, discutindo também as armas necessárias à defesa e os cavalos para actividades militares.

ABASTECER CEUTA

Em 1416, D. João I atribui governo e provimento de Ceuta ao Infante D. Henrique,⁷ que, aparentemente, não parece ter desempenhado uma função activa no

¹ Além de outras variáveis possíveis: a quantidade e qualidade da produção de trigo, que podia variar espectacularmente de um ano para o outro, a procura no estrangeiro e os preços que o cereal atingia, a disponibilidade de barcos, os preços pedidos pelo transporte e a conjuntura internacional que tornava as viagens mais ou menos perigosas.

² Teresa Rodrigues, “Relações entre o Algarve e Ceuta no Reinado de Afonso V: as cartas de quitação”, *Actas I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia* (1987), p. 243-269.

³ David Lopes, *A Expansão Portuguesa em Marrocos* (Lisboa, Teorema, 1989).

⁴ Isabel D. Braga, Paulo D. Braga, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)* (Ceuta, Instituto de Estudos Ceutíes, 1998).

⁵ Paulo D. Braga, *Uma Lança em África: História da conquista de Ceuta* (Esfera dos Livros, 2015).

⁶ João Gouveia Monteiro, António Martins Costa, *1415. A conquista de Ceuta*.

⁷ Dias Dinis, ed., *Monumenta Henricina*, vol. III (Coimbra, Atlântida, 1960), p. 240.

abastecimento da cidade.¹ A coroa assume a responsabilidade do provimento alimentar de Ceuta. Para isso é criada a Casa de Ceuta, provavelmente logo após a conquista². Esta solução não é exclusiva, uma vez que outras são desenvolvidas paralelamente,³ com os mantimentos a serem expedidos a mando do rei a partir de Portugal, sem passarem pela Casa de Ceuta.⁴ A par daquilo que chega do reino, os portugueses foram capturando alimentos durante as campanhas de pilhagem nas montanhas do Riff, assim como em ações corsárias no mar de Alborão. Em Ceuta desenvolve-se um mercado, onde se compram e vendem os frutos dos nichos de produção local.

CASA DE CEUTA

As fontes para o estudo da Casa de Ceuta são parcelares, tornando complicado um conhecimento global do seu funcionamento desde a fundação. Genericamente, esta instituição, com sede em Lisboa, transportava para Ceuta produtos alimentares oriundos de todo o país. Destacam-se os cereais, a carne e o biscoito referidos pela Historiografia, mas também o vinho, o peixe, o azeite, o sebo e o sal, ou seja, a base da dieta alimentar portuguesa. Os barcos, ao serviço da Casa de Ceuta, transportavam todo o tipo de mercadorias, não apenas alimentos, destacando-se os tecidos e o mobiliário, assim como as “louças” necessárias para acomodar os produtos, tanto na viagem, como nos armazéns de destino. A instituição contava com tanoeiros próprios, privilegiados com a isenção de ir a Ceuta, que fabricavam estes objectos em Portugal. Os oficiais da Casa de Ceuta cobravam verbas para a manutenção de Ceuta, e recolhiam os alimentos nos produtores. Mas nem todas estas verbas e géneros alimentares teriam como destino Ceuta, podendo ser desviados para outras finalidades, se essa fosse a ordem do rei. Percebe-se, assim, que este processo deu origem a uma nova forma de rendimento ao serviço da coroa. No decurso do meu projecto de investigação, procurarei perceber melhor a actividade desta instituição, quem eram os seus oficiais, qual foi o seu percurso político e social, de quem dependiam e com quem se relacionaram. Estes elementos serão essenciais para que se consiga perceber quais eram as regiões produtoras, que mercados abasteciam Ceuta, quem eram os fretadores e quais os percursos efectuados pelas embarcações.

Vejamos, agora, alguns dos métodos de abastecimento alternativos que pretendo examinar ao longo da minha tese de mestrado.

ALMOGAVARIAS

As almogavarias correspondem à guerra de atrito que os portugueses promoveram nesta região africana. Nelas, os portugueses capturam várias espécies de produtos agrícolas: vegetais, cereais, fruta e animais.

Nos primeiros tempos de ocupação, as almogavarias devem ter desempenhado uma fonte de alimentação a ter em conta, embora a contabilização do número de

¹ O único acto de intervenção do Infante na alocação de alimentos para Ceuta parece ter sido a compra de vinho destinado à cidade em 1416. Esta não é uma informação confirmável. *Monumenta Henricina*, vol. III, p. 260.

² A documentação mais antiga que se conhece da Casa de Ceuta data de 1426. Gonçalo Pacheco será o titular do cargo de tesoureiro durante a maior parte do reinado de Afonso V. É um armador de Lisboa, associado ao Infante. Nas palavras de Peter Russel “ Enquanto estrutura de Estado, a Casa de Ceuta foi, provavelmente, uma criação de Pacheco”. Ele faz a manutenção das caravelas e dos navios fretados para transporte. Gonçalo Pacheco seria um dos conselheiros mais influentes de D. Henrique. Peter Russell, *Henrique, o Navegador* (Lisboa, Livros Horizonte, 2004), p. 70.

³ Veja-se, a título de exemplo, a quitação a Gil Vaz, contador das coisas de Ceuta em Beja, para os anos de 1451 e 1452. Pedro de Azevedo, ed., *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, vol. II (Lisboa, Academia das Ciências, 1935), p. 133-135.

⁴ Como é o caso das avargas para Ceuta. Estas são pesqueiras no rio Tejo, propriedade do Infante D. Henrique, com a função de abastecer Ceuta. Os peixes são salgados no local e posteriormente transportados para Lisboa. Aí são vendidos, ou seguem para Ceuta. *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, vol. I, p. 457-458.

cabeças de gado capturadas com base nas crónicas possa não corresponder à realidade. Os portugueses estariam a combater contra povos de pastores, e é provável que o cronista tenha elevado o número de cabeças capturadas de forma a enaltecer os feitos nacionais. A carne, elemento importante na dieta, não provm exclusivamente desta fonte, que funciona como um complemento ao abastecimento regular vindo de Portugal. Procurarei efectuar uma contabilização do total de alimentos capturados, para que se possa comparar com o abastecimento assegurado pela coroa.

CORSO

No estreito de Gibraltar, esta é uma actividade conhecida desde antes da conquista de Ceuta. Agora, as forças portuguesas concentram-se no tráfego islâmico que atravessa o estreito, entre o reino de Granada e Marrocos. A maioria das capturas referidas nas crónicas corresponde a cereal (sobretudo trigo), frutas e por vezes cavalos.

Desconhecemos a quantidade dos produtos capturados que chegou até Ceuta por esta via. As fontes de que dispomos para este trabalho não nos dão qualquer informação. Alguns agentes e embarcações que praticam curso poderão também estar presentes nos contratos de fretamento efectuados pela Casa de Ceuta.

MERCADO

As fontes com que trabalhamos nesta tese não permitem recolher dados sobre o peso que o comércio teve no abastecimento de Ceuta a partir da própria cidade africana. Esta foi sempre deficitária deste ponto de vista, funcionando como um animado *transport hub* no Mediterrâneo Ocidental¹. Com a conquista, este sistema económico desarticula-se. A cidade, com uma população fortemente militarizada, deixa de ser um mercado atractivo. No entanto, certamente seria possível encontrar aqui os produtos hortícolas e carne ou peixe, produzidos ou capturados nos arredores da cidade.

PRODUÇÃO LOCAL

A produção local desenvolve-se com a colonização do território. A captura de peixe continua a ser feita segundo os moldes legados pelos anteriores ocupantes. Os portugueses dedicam-se à criação de gado (bovino, suíno e caprino) em torno da cidade. Reservado para espaços próximos às habitações, existiriam capoeiras para patos e galinhas, assim como coelheiras. Retoma-se a agricultura, e vemos referido na documentação notícias de searas e pomares protegidos pelas atalaias que rodeiam Ceuta. A vinha, que certamente seria apreciada antes da conquista, está presente em todos os espaços onde possa ser cultivada. Por fim, assinala-se a caça de porcos-bravos e aves, abundantes nas montanhas desta região. De facto, a produção local de alimentos parece bastar à população de Ceuta com uma alimentação rica e variada, exceptuando o trigo, o fundamento da alimentação portuguesa medieval.

CONCLUSÃO

Ao desafio de abastecer Ceuta, a coroa portuguesa respondeu com uma inovação a nível europeu, criando uma instituição que garante a logística de transporte (intermediária) entre os centros produtores e o destino final. Esta instituição tem a capacidade de recolher directamente impostos (ou de se apropriar deles) e géneros alimentares com a finalidade da manutenção de Ceuta. O fretamento dos navios pela Casa de Ceuta é pago, podendo os fretadores, assim como os navios fretados, estar

¹ David Abulafia, “Between the Great Sea and the Ocean, Between Africa and Europe: The Straits of Gibraltar in History”, *Cambridge in Morocco. Perspectives on North African and Islamic Studies*, (Fez, Rabat e Casablanca, University Mohammed V - Agdal, Rabat, Morocco, 2012), p. 90.

associados a oficiais dessa mesma Casa. Isto representa uma nova oportunidade de carreira e de negócio, corporizada em Gonçalo Pacheco que, com o trato de Ceuta, ascende económica e socialmente, desenvolvendo paralelamente funções de fretador e de oficial da Casa de Ceuta (em Lisboa) e actividades de captura de escravos na costa africana. O Tesoureiro da Casa de Ceuta, assim como os demais oficiais, pertence à Casa de D. Henrique, o principal interessado no trato de Ceuta. Estamos perante uma instituição de cariz centralizador e de âmbito de acção nacional. Outras formas de abastecimento desenvolveram-se sem o sucesso que a Casa de Ceuta obteve. O seu modelo de funcionamento dá à coroa portuguesa a capacidade de planear novas empresas, sabendo que consegue manter expedições a longo prazo, alimentadas a partir de Lisboa, sem a intervenção de intermediários. Outras formas de abastecimento foram encorajadas, numa tentativa de diversificação das fontes, sempre com uma lógica de complementaridade em relação aos produtos fornecidos pela coroa.

Retomando vozes críticas, como o Infante D. Pedro, Ceuta converteu-se numa fonte de despesa. A Coroa não tem qualquer retorno económico directo ao abastecer a cidade. No entanto, abrem-se novas oportunidades de enriquecimento, novas justificações para se lançar impostos, e cria-se um novo organismo com vocação centralizadora, todos na directa dependência da coroa.